



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 248-A, DE 2021

(Do Sr. Roberto de Lucena)

Altera o Decreto 7.962, de 15 de março de 2013, para dispor que todo e qualquer anúncio de hospedagem em Agência de Turismo Online deve exibir o CNPJ do estabelecimento; tendo parecer da Comissão de Turismo, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. LEUR LOMANTO JÚNIOR).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

TURISMO;

DEFESA DO CONSUMIDOR; E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Turismo:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2021.
(Do Sr. Roberto de Lucena)

Altera o Decreto 7.962, de 15 de março de 2013, para dispor que todo e qualquer anúncio de hospedagem em Agência de Turismo Online deve exibir o CNPJ do estabelecimento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do artigo 2º do Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013, passa a vigorar acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

Art.

*2º
*

I

*-
*

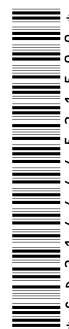
Parágrafo Único – Quando se tratar de Agência de Turismo Online, será obrigatório a exibição do CNPJ do estabelecimento em todo e qualquer anúncio. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor nas data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

No Brasil temos diversos tipos de hospedagem e uma CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) adequada para cada uma delas. No caso de imóveis residenciais, como casas de temporada ou quartos, é possível ainda que o proprietário constitua uma MEI (Micro Empresa Individual) como hospedaria.

No mundo inteiro as Online Travel Agencies (OTA), ou Agências de Viagem Online, é um negócio em ascensão e presta um importante serviço



de intermediação entre consumidores e empresas, realizando vendas de viagens e hospedagem, com possibilidades de comparação de preços de diferentes quartos de hotéis e maior comodidade para os consumidores.

A proposta que ora apresentamos busca garantir maior segurança ao turista, evitando fraudes, uma melhor organização dos municípios, que saberão quantos leitos para turistas são oferecidos, permitindo uma mensuração correta dos serviços de segurança, trânsito e saneamento, além de evitar a sonegação de impostos e contribuir para o enriquecimento e valorização do turismo no país.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação da iniciativa legislativa ora submetida.

Sala das Sessões, 04 de fevereiro de 2021.

Deputado ROBERTO DE LUCENA

Podemos/SP



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

DECRETO Nº 7.962, DE 15 DE MARÇO DE 2013

Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico, abrangendo os seguintes aspectos:

- I - informações claras a respeito do produto, serviço e do fornecedor;
- II - atendimento facilitado ao consumidor; e
- III - respeito ao direito de arrependimento.

Art. 2º Os sítios eletrônicos ou demais meios eletrônicos utilizados para oferta ou conclusão de contrato de consumo devem disponibilizar, em local de destaque e de fácil visualização, as seguintes informações:

I - nome empresarial e número de inscrição do fornecedor, quando houver, no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;

II - endereço físico e eletrônico, e demais informações necessárias para sua localização e contato;

III - características essenciais do produto ou do serviço, incluídos os riscos à saúde e à segurança dos consumidores;

IV - discriminação, no preço, de quaisquer despesas adicionais ou acessórias, tais como as de entrega ou seguros;

V - condições integrais da oferta, incluídas modalidades de pagamento, disponibilidade, forma e prazo da execução do serviço ou da entrega ou disponibilização do produto; e

VI - informações claras e ostensivas a respeito de quaisquer restrições à fruição da oferta.

Art. 3º Os sítios eletrônicos ou demais meios eletrônicos utilizados para ofertas de compras coletivas ou modalidades análogas de contratação deverão conter, além das informações previstas no art. 2º, as seguintes:

I - quantidade mínima de consumidores para a efetivação do contrato;

II - prazo para utilização da oferta pelo consumidor; e

III - identificação do fornecedor responsável pelo sítio eletrônico e do fornecedor do produto ou serviço ofertado, nos termos dos incisos I e II do art. 2º.

.....
.....

COMISSÃO DE TURISMO

PROJETO DE LEI Nº 248, DE 2021

Altera o Decreto 7.962, de 15 de março de 2013, para dispor que todo e qualquer anúncio de hospedagem em Agência de Turismo Online deve exibir o CNPJ do estabelecimento.

Autor: Deputado ROBERTO DE LUCENA

Relator: Deputado LEUR LOMANTO JÚNIOR

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 248, de 2021, de autoria do Deputado Roberto de Lucena, acrescenta parágrafo único ao art. 2º do Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013, para tornar obrigatória a exibição do número de inscrição no CNPJ em anúncios de hospedagem veiculados por agências de turismo online.

Na justificativa, o autor destaca que o crescimento das atividades das agências de turismo no ambiente digital demanda maior transparência e segurança nas relações de consumo. Ressalta ainda que a identificação clara do responsável pela oferta contribui para prevenir fraudes, combater a informalidade e aprimorar a organização do setor, permitindo inclusive melhor planejamento dos serviços públicos e da arrecadação municipal.

O projeto foi apresentado em 5 de fevereiro de 2021 e despachado, em 08 de abril do mesmo ano às Comissões de Turismo; de Defesa do Consumidor; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, , sujeito à



apreciação conclusiva pelas comissões, em regime de tramitação ordinária, conforme o art. 151, inciso III, do RICD.

Em 22 de março de 2023, nesta egrégia Comissão, fomos designados relator da matéria. Em 12 de abril de 2023, encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto. Em 1º de novembro de 2023, deixamos de integrar a Comissão, e, em 28 de novembro de 2023, fomos reconduzidos à relatoria.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O avanço das transações comerciais realizadas em ambiente digital transformou de maneira profunda a forma de oferta e contratação de serviços turísticos. Plataformas eletrônicas de intermediação de hospedagem, transporte e demais serviços de viagem tornaram-se o principal meio de acesso do consumidor ao mercado, substituindo, em grande medida, as agências físicas tradicionais.

Esse novo cenário, embora tenha ampliado o alcance do turismo e democratizado o acesso à informação, também trouxe desafios quanto à transparência, à autenticidade das ofertas e à proteção do consumidor diante de práticas fraudulentas ou de fornecedores não identificados. A ausência de regras específicas sobre a identificação das agências em anúncios digitais veiculados fora de seus próprios sítios eletrônicos dificulta a fiscalização e fragiliza a confiança do usuário. Nesse contexto, o Projeto de Lei nº 248, de 2021, apresenta-se como resposta oportuna e necessária à evolução do mercado digital de turismo, ao propor a obrigatoriedade de exibição do número de inscrição no CNPJ em comunicações publicitárias de agências de turismo online.

A legislação vigente já contempla, de forma geral, mecanismos de transparência no comércio eletrônico. O Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013, regulamenta o Código de Defesa do Consumidor no tocante à oferta e



contratação por meios eletrônicos e estabelece, em seu art. 2º, inciso I, que os sítios e páginas de internet devem conter o nome empresarial e o número de inscrição no CNPJ ou CPF do fornecedor, em local de destaque e de fácil visualização. Essa previsão, contudo, aplica-se apenas ao ambiente de contratação — ou seja, aos endereços eletrônicos e aplicativos mantidos pelo próprio fornecedor para comercializar seus produtos ou serviços. O decreto não abrange, portanto, as peças publicitárias digitais veiculadas em plataformas de terceiros, como anúncios patrocinados em redes sociais, buscadores ou portais de viagens, que muitas vezes constituem o primeiro ponto de contato do consumidor com a oferta.

Essa lacuna normativa é justamente o ponto que o Projeto de Lei nº 248, de 2021, busca preencher. A proposição amplia o alcance da obrigação de identificação, determinando que o CNPJ da agência de turismo online conste também das comunicações publicitárias digitais, e não apenas das páginas de contratação direta. Essa extensão é coerente com os princípios consagrados no Código de Defesa do Consumidor, especialmente o direito à informação adequada e clara (art. 6º, III) e a exigência de que toda publicidade permita a imediata identificação do fornecedor (art. 36). A identificação prévia do anunciante é elemento essencial para garantir a rastreabilidade das ofertas e assegurar a responsabilização em caso de descumprimento das condições anunciadas.

O projeto, ao exigir que o CNPJ conste dos anúncios digitais, reforça também o cumprimento dos deveres de identificação e transparência já previstos na legislação de turismo e de defesa do consumidor. Tal obrigação fortalece o sistema de registro oficial dos prestadores de serviços turísticos, previsto no art. 21 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e regulamentado pelo Decreto nº 7.381, de 2010, que regulamenta a Política Nacional de Turismo e estabelece as bases normativas para o cadastramento formal dos prestadores.

Ao tornar mais visível a identidade das agências e intermediadores, a medida contribui para a efetividade das políticas públicas de ordenamento e fiscalização do setor, permitindo maior controle sobre a formalidade das operações e desestimulando práticas informais e fraudulentas.



Assim, o projeto alinha-se aos objetivos da Política Nacional de Turismo e reforça o princípio da boa-fé nas relações de consumo estabelecidas em meio eletrônico.

Importa observar, contudo, que a redação original da proposição apresenta formulação excessivamente ampla, ao determinar a obrigatoriedade de exibição do CNPJ em “todo e qualquer anúncio”. Essa expressão genérica extrapola o escopo material do Decreto nº 7.962/2013, que se restringe às relações de consumo realizadas por meio eletrônico. A interpretação literal do texto poderia levar à conclusão de que a obrigação alcançaria também anúncios em mídias tradicionais, como televisão, rádio, outdoors e publicações impressas, o que seria incompatível com a natureza e o objeto do decreto.

Outro ponto que demanda aprimoramento é o fato de a proposta referir-se exclusivamente a anúncios de hospedagem, desconsiderando que as agências de turismo online intermedeiam uma gama mais ampla de serviços turísticos, como transporte, alimentação e passeios. Limitar a exigência apenas a um tipo de serviço seria incoerente com o conceito de “serviços turísticos” consagrado no art. 21 da Lei nº 11.771/2008, e reduziria a eficácia da medida.

Diante dessas considerações, propõe-se a substituição do texto original por redação mais precisa, que restrinja a obrigatoriedade de exibição do CNPJ às publicidades digitais que contenham oferta de serviços turísticos ou que direcionem o consumidor a ambiente de contratação eletrônica, independentemente de o anúncio estar hospedado no sítio da própria agência ou em plataformas de terceiros. A nova redação também inclui remissão expressa à Lei nº 11.771/2008, evitando a necessidade de reproduzir conceitos já definidos no ordenamento jurídico e assegurando a coerência entre as normas do setor.

Entendemos, portanto, que a medida não apenas reforça o dever de informação nas relações de consumo, mas também consolida o papel das agências de turismo online como agentes legítimos e formalmente



identificados do mercado digital, beneficiando o consumidor, o setor produtivo e a administração pública.

Diante do exposto, **votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 248, de 2021, na forma do substitutivo em anexo.**

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado LEUR LOMANTO JÚNIOR
Relator



2025-20743



COMISSÃO DE TURISMO**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 248, DE 2021**

Altera o Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013, para dispor sobre a obrigatoriedade de exibição do número de inscrição no CNPJ em publicidade digital de serviços turísticos ofertados por agências de turismo online.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 2º
.....

Parágrafo único. Quando se tratar de agência de turismo online, será obrigatória a exibição do número de inscrição no CNPJ do fornecedor responsável em toda publicidade digital que contenha oferta de serviços turísticos, nos termos do art. 21 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo), ou que direcione o consumidor a ambiente de contratação eletrônica, inclusive em anúncios e links patrocinados veiculados em plataformas eletrônicas de terceiros, conforme regulamentação.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado LEUR LOMANTO JÚNIOR
Relator

2025-20743





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE TURISMO

PROJETO DE LEI Nº 248, DE 2021

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Turismo, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 248/2021, na forma do substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Leur Lomanto Júnior.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Marcelo Álvaro Antônio - Presidente, Ana Paula Leão, André Figueiredo, Elmano Férrer, Hildo Rocha, José Airton Félix Cirilo, José Rocha, Keniston Braga, Leur Lomanto Júnior, Murillo Gouvea, Raimundo Santos, Robinson Faria, Daniel Trzeciak, Douglas Viegas, Icaro de Valmir, Jorge Goetten, Paulo Litro, Roberta Roma, Romero Rodrigues e Simone Marquette.

Sala da Comissão, em 17 de dezembro de 2025.

Deputado MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO
Presidente



COMISSÃO DE TURISMO

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE TURISMO AO PROJETO DE LEI Nº 248, DE 2021

Altera o Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013, para dispor sobre a obrigatoriedade de exibição do número de inscrição no CNPJ em publicidade digital de serviços turísticos ofertados por agências de turismo online.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

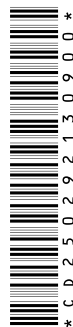
“Art. 2º
.....

Parágrafo único. Quando se tratar de agência de turismo online, será obrigatória a exibição do número de inscrição no CNPJ do fornecedor responsável em toda publicidade digital que contenha oferta de serviços turísticos, nos termos do art. 21 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo), ou que direcione o consumidor a ambiente de contratação eletrônica, inclusive em anúncios e links patrocinados veiculados em plataformas eletrônicas de terceiros, conforme regulamentação.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 17 de dezembro de 2025.

Deputado MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO
Presidente



FIM DO DOCUMENTO